



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE FILOSOFIA

LAEDNO GONÇALVES BORBA

Reflexões de Michel Foucault sobre a escrita da história.

Campina Grande – PB

2014

LAEDNO GONÇALVES BORBA

Reflexões de Michel Foucault sobre a escrita da história.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda

Campina Grande – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B726r Borba, Laedno Gonçalves.
Reflexões de Michel Foucault sobre a escrita da história.
[manuscrito] / Laedno Goncalves Borba. - 2014.
21 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda,
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

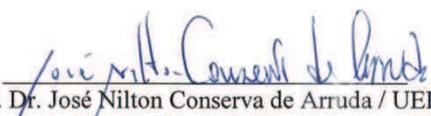
1. Historiografia. 2. Discurso. 3. Foucault I. Título.
21. ed. CDD 907.2

LAEDNO GONÇALVES BORBA

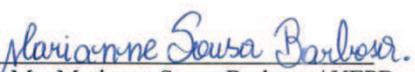
Reflexões de Michel Foucault sobre a escrita da história

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em 27/11/2014.


Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda / UEPB
Orientador


Prof. Dr. Julio Cesar Kesting / UEPB
Examinador


Prof.^a Ma. Marianne Sousa Barbosa / UEPB
Examinadora

RESUMO

O presente trabalho discute alguns aspectos da reflexão do filósofo francês Michel Foucault acerca da historiografia, tentando entender como as questões levantadas por esse pensador, que embasaram um debate muito profícuo com algumas teorias historiográficas estabelecidas, sobretudo com a da chamada história social, impactaram a escrita da história. Nosso intuito foi, basicamente, o de buscar esclarecer quais as grandes questões propostas por Michel Foucault que acabaram tornando-o, não de forma tranquila ou consensual, uma referência tão presente nos escritos históricos contemporâneos.

Palavras-chave: Foucault; Discurso; Historiografia.

Reflexões de Michel Foucault sobre a escrita da história.

INTRODUÇÃO

De revolucionário a criador de um modelo historiográfico alternativo, de visionário a historiador incompetente, Foucault já foi considerado tudo isso por aqueles que se debruçaram sobre sua imersão nos domínios da produção historiográfica. Logo ele, filósofo de formação e que trabalhou tanto no sentido de rechaçar rótulos de qualquer tipo, foi tachado, por vezes de maneira tão categórica, tanto por aqueles que consideram seu trabalho uma inspiração para a produção do conhecimento histórico quanto por aqueles que consideram suas ideias verdadeiramente inadequadas para pensar a história.

Uma evidência se impõe: poucos historiadores na atualidade serão capazes de passarem incólumes aos escritos desse pensador francês. Sobretudo no Brasil onde, segundo Margareth Rago, se pratica uma escrita histórica que é “tributária” da escola francesa, a influência de Foucault e conseqüentemente a sua presença na academia é muito grande.(RAGO, 1993 p.23).

Porém, devemos nos perguntar o que Foucault apresentou de tão novo e revolucionário para o pensamento histórico que poderia ter lhe tornado uma referência capaz de, por exemplo, servir de alternativa ao modelo marxista no Brasil e no mundo? Quais as grandes questões levantadas por este pensador que

fizeram dele uma figura tão notória no debate historiográfico contemporâneo? São questões como essas que pretendemos investigar nesse trabalho.

Foucault e a historiografia

Não há nada mais óbvio do que afirmar que a escrita da história vem mudando através do tempo, tal axioma poderia ser dito de toda e qualquer forma de escrita e mesmo sobre qualquer instância da sociedade. Contudo algumas modificações tanto na escrita como na realidade, por alguma razão, causam mais barulho que outras. Enquanto algumas mudanças se insinuam de maneira tão sub-reptícia que se estabelecem sem que a atenção se volte para elas, outras causam tamanho estardalhaço que se impõem às percepções por vezes mais desavisadas.

Esse último tipo de movimento do pensamento parece-nos mais adequado para descrever a forma como o pensamento de Michel Foucault se estabeleceu e, no que se refere especificamente à discussão sobre a sua influência na historiografia, isso é sobremaneira evidente. Tanto que um dos maiores historiadores franceses, que por sinal também é um grande intérprete da obra de Michel Foucault, escreve um texto sob o título *Foucault revoluciona a história*, título deveras ousado ou mesmo polêmico, mas que demonstra a força da presença do pensador na escrita da história.

Importa destacar que Foucault, na visão de Paul Veyne, não foi responsável por uma grande mudança no sentido convencional; não podemos dizer que o cotidiano, na França, no Brasil ou qualquer outro lugar, experimentou uma inflexão significativa a partir dos escritos de Foucault. A revolução de que fala Paul Veyne se inscreve não na história enquanto acontecimento, cotidiano, político, econômico ou mesmo cultural, trata-se de uma revolução operada no cerne da escrita historiográfica.

Pensando dessa forma, podemos inferir que Foucault pode não ser considerado um revolucionário político, mas certamente um revolucionário teórico, embora seja muito aceita a ideia de que não se pode extrair de seus trabalhos uma teoria propriamente dita, mas no máximo uma metodologia que ele desenvolveu para subsidiar suas próprias pesquisas.

Entretanto, antes de qualquer coisa, é preciso salientar que os escritos de Foucault, que acabaram por influenciar a escrita da história, não são manuais de como deve ser realizado o ofício do historiador ou qualquer coisa nesse sentido, são antes exercícios praticados pelo filósofo que acabaram tomando uma proporção tal que influenciaria diversos trabalhos de historiadores na França, no Brasil e no mundo inteiro.

Para tentar compreender como as ideias de Foucault impactaram a historiografia é necessário observar algumas das bases teóricas sob as quais o conhecimento histórico estava sendo construído e em relação ao qual a escrita foucaultiana acaba sendo uma alternativa, na medida em que suas proposições teóricas enseja diversas rupturas com o fazer historiográfico até então consagrado.

Com a publicação de *História da loucura* em 1961, Foucault apresenta pela primeira vez seu estilo e aspectos de sua metodologia, que mesmo sendo fluido e contraditório, pois nunca estanca, continuará sempre e sob múltiplos aspectos destoante, divergente, crítico do *status quo* e de si mesmo. Dessa forma, o pensamento de Foucault não poderia localizar-se senão a margem, por exemplo, dos paradigmas que constituíam a história social e da maioria dos pressupostos do modelo da chamada *Escola dos Annales*, servindo assim como esteio teórico para uma crítica bastante contundente a esses sistemas tão em evidência na época.

Segundo Patricia O'Brien tanto a *Escola dos Annales*¹ quanto os militantes marxistas, na época do surgimento do primeiro escrito de destaque de Michel Foucault – *Historie de la folie* - eram adeptos de uma história demasiadamente fundamentada em preocupações de natureza sócio-econômica, e devido sua hegemonia esse enfoque se manifestava como uma espécie de paradigma incontestado da historiografia.

É preciso, pois, atentar para essas referências que poderíamos considerar hegemônicas na historiografia para entender o debate que surge com as obras de

¹Em 1958, três anos antes do aparecimento da *Historie de la folie*, foi publicada a influente obra de Albert Soboul, *Les Sans-culottes em l'na II e*, em 1956, Fernand Braudel, o autor de *La Méditerranée*, assumia a liderança e editoria da revista *Annales*. Esses gigantes encabeçaram uma conquista da história social que, nos últimos trinta anos, impôs-se a um público internacional. (O'BRIEN, 2001, p.34)

Michel Foucault. Obviamente não queremos insinuar que esse debate tenha polarizado toda a produção historiográfica de maneira tal que poderíamos identificar algo como um maniqueísmo no qual Foucault estaria num lado e os demais teóricos no outro, isso seria muito reducionista.

A escola dos *Annales*, por exemplo, ao mesmo tempo em que apontava restrições à escrita da história de Foucault, também, e com muita frequência, exercia uma crítica muito contundente à história social de cunho marxista. É notório, por exemplo, que os estudos baseados na análise de classe foram minguando na medida em que historiadores dos *Annales*, e de outras correntes, endureciam suas críticas, e ao mesmo tempo os próprios *Annales* foram sendo contestados sobretudo mediante a derrocada de sua história das *mentalités* que se mostrou bastante problemática. É evidente, portanto, que o debate historiográfico foi sempre muito intenso e Michel Foucault, através de sua vasta obra, desponta como uma importante referência em meio a tantas perspectivas teóricas em conflito. Dessa forma, muito embora não possamos atribuir esta crise de paradigmas dos *Annales* e da história marxista diretamente a ascensão da obra de Foucault, pois lendo Foucault somos compelidos a não nos apresarmos nas associações causais, não podemos deixar de notar a contundência das ideias foucaultianas no limiar do desmoronamento desses dois sistemas.

É preciso levar em consideração, por exemplo, argumentos como o de Margareth Rago que, referindo-se especificamente a essa crise historiográfica e as saídas que os historiadores tiveram que buscar, aponta as concepções foucaultianas como uma grande referência teórica sob a qual os historiadores começaram a se debruçar. Para essa estudiosa brasileira uma boa parte dos historiadores acercaram-se das concepções de Foucault, como forma de continuar seu trabalho mediante o vazio ou, no mínimo as dificuldades teóricas que sobrevieram dessa derrocada, e tudo isso não poderia gerar outra coisa senão um despontar de novas formas de fazer história. (RAGO, 1995 p.69).

Mas que forma de fazer história era essa? Desde que os escritos de Foucault alcançaram notoriedade essa pergunta vem sendo formulada e alguns estudiosos tentaram entender o que exatamente Foucault estava propondo enquanto inflexão na escrita historiográfica. Para Patrícia O'Brien, por exemplo, os escritos de Foucault

constituem um modelo alternativo para escrita da história da cultura cuja pretensão seria a de proporcionar novos horizontes para pesquisas que seguem essa orientação, pois na sua apreciação estas estavam demasiadamente limitadas a noções provenientes do marxismo como estrutura e luta de classes.

Foucault, com o radicalismo que tantas vezes lhe caracterizou, questiona aquilo que podemos considerar como um princípio implícito que perpassa toda a tradição da chamada história social, “o de que a própria sociedade constitui a realidade a ser estudada.” (O'BRIEN, 2001, p.35) Assim a história cultural de Michel Foucault partia do princípio de que a sociedade na sua dimensão material não representa um *a priori*, uma estrutura da qual todo o resto resultaria como uma derivação.

Contudo, se as rupturas teóricas propostas por Foucault ensejam novas formas de pensar, não poderiam advir sem abalar outras tantas. Obviamente tudo isso é muito positivo, mas também muito problemático, pois no amplo domínio das, assim chamadas, ciências humanas, não é tão fácil, e nem mesmo prudente, pretender a supressão de alguma teoria. Portanto, é absolutamente compreensível que muitos historiadores (como também sociólogos, pedagogos, cientistas políticos, etc.) não estejam dispostos a aceitarem que suas concepções teóricas sejam inadequadas, ainda mais quando essas concepções teóricas estão tão estreitamente ligadas a uma determinada ideologia política como, notoriamente, é o caso da análise social marxista baseada num sistema de classes.

Destaco que o propósito desse trabalho não é o de tentar apresentar as concepções foucaultianas como sendo aquilo que de mais aprimorado existe em termos de teoria, e ao mesmo tempo, apontar de maneira categórica as razões pelas quais, supostamente, essa “teoria” se sobrepôs as demais. Trata-se tão somente de buscar mapear um debate que surge como resultado da imersão de Foucault nos domínios da historiografia e é nesse sentido que estamos tentando demonstrar suas discordâncias com alguns dos grandes paradigmas historiográficos.

Importa assinalar que Foucault não foi bem aceito pelos historiadores logo quando surgiram seus primeiros escritos, mesmo considerando que historiadores renomados como Robert Mandrou e Fernand Braudel reagiram de forma positiva à *Historie de la folie*, registra-se mais uma certa indiferença em relação a sua obra

e “Foucault atravessou a década de 1960 praticamente ignorado pelos historiadores” (O’BRIEN, 2001, p.37). Porém, na década de 1970 o que se observa é uma tentativa de alguns historiadores em achar convergências entre os seus escritos e as formas de pesquisa histórica realizadas por Foucault. É nessa esteira que os historiadores de esquerda se apressam em ver nos estudos de Foucault sobre as clínicas, os asilos e as prisões, uma crítica sobre a institucionalização do controle social. Enquanto os *Annales* consideravam os estudos sobre a loucura como uma expressão das concepções de Febvre, um de seus fundadores.

A medida que a obra do filósofo demonstrava-se não coerente com os programas estabelecidos, as críticas e acusações se multiplicavam e as passagens da obra de Foucault consideradas frutíferas pelos historiadores eram esquecidas em favor de outras passagens dos seus escritos que evidenciavam a sua suposta incompetência por não conseguir produzir algo digno de história, ou em sintonia com determinado modelo preestabelecido.

A tônica dos discursos dos historiadores para com Foucault continuaria, por muito tempo, sendo muito severa. Ainda que reconhecessem seus escritos como próprios de historiador, viam-no como algo menor, “má-história, por demais genérica” denunciavam-na como carente de método, desapego pelos dados, abstrata em excesso, etc (O’BRIEN, 2001, p.41).

Foucault foi de fato um marginal no que se refere a historiografia – que aliás sempre nutriu interesses por temas também marginais – mas não um simplório, o que talvez fosse a grande preocupação de alguém cujas pretensões foram sempre muito marcadas pela busca da sofisticação da escrita filosófica. Essa posição, contudo, não era incômoda ao filósofo, muito pelo contrário, além da identificação com a marginalidade notória em seus escritos, era justamente a partir dela que Foucault buscava subverter os modelos de pensamento pretensamente acabados.

Na sua aula inaugural no *Collège de France*, por exemplo, Foucault discute a figura de Gregor Mendel, monge e biólogo cujas proposições, embora primorosas para a biologia, não foram, ao seu tempo, sequer consideradas. Mendel “falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico estranhos à biologia de sua época” (FOUCAULT, 1996 p.34), e por isso permaneceu um marginal até muito depois de sua morte. Foucault esclarece que “foi preciso toda uma mudança

de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse ‘no verdadeiro’ e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas” (FOUCAULT, 1996 p.35). Para nós é muito interessante o paralelo sub-repticiamente sugerido por Foucault entre a marginalidade da obra de Mendel e a sua própria, a primeira nos domínios das ciências biológicas e a segunda transitando entre a filosofia e as ciências sociais.

Entretanto, Foucault que por vezes se viu compelido a “defender-se” dos ataques dos historiadores – ataques que as vezes eram bastante consistentes e outras vezes não – por vezes irreverentemente admitia “não sou um historiador – mas ninguém é perfeito” (O’BRIEN, 2001, p.37). Isso, no entanto, não o impediu de tornar-se uma referência tão significativa para os historiadores. A intensidade de seu pensamento, tão impactante para a escrita histórica, acabou, em determinada medida, se impondo no debate historiográfico de tal forma que mesmo os mais críticos entre os historiadores tiveram que se debruçar sobre os escritos desse filósofo.

Divergências teóricas

Conforme alcançavam notoriedade as ideias de Michel Foucault foram cada vez mais combatidas por outros teóricos, sendo um dos enfrentamentos mais expressivos, justamente, o seu embate com os marxistas ou, de maneira genérica, com a história social.

Esse embate alcançou, por vários motivos, enormes proporções e sua importância para a historiografia é muito grande. Um dos pontos de discordância se refere a postura de Foucault e sua negação enfática em aceitar a história pautada na continuidade e consciência (pilares desse modelo historiográfico muito bem estabelecido na academia francesa e em diversas outras partes do mundo), diverso disso, o pensador apresenta a noção de descontinuidade.

Essa noção é fundamental para o pensamento foucaultiano, pois considerava que a análise histórica deveria romper com a ideia segundo a qual sua tarefa deveria estar vinculada a uma espécie de mapeamento dos fenômenos que poderiam ser considerados objetos da história, e que tal empreitada deveria ser realizada visando tornar perceptível o sentido que estes objetos históricos teriam

dentro do chamado processo histórico, que era concebido como algo uno e organizado. Foucault é taxativo acerca dessa questão:

A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade (FOUCAULT, 2010, p.27-28).

A percepção de Foucault, nesse ponto, o conduz a formular uma proposição que significará uma verdadeira inversão de perspectiva para história, pois se antes as grandes questões eram a tradição e o rastro, Foucault vai substituir pela pergunta acerca do recorte e do limite. A descontinuidade que por muito tempo foi estigmatizada e suprimido pelo historiador que, deliberadamente, negligenciava-o na sua escrita – torna-se “um dos elementos fundamentais da análise histórica” (FOUCAULT, 2002, p.10).

Além de objeto de análise do historiador a descontinuidade acaba por constituir-se como uma categoria de grande valia para os estudos históricos. Ocupa, pois, a paradoxal condição de ser “ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa” (FOUCAULT, 2002, p.6), aquilo que é estudado e uma forma de abordagem para o estudo.

Na percepção de Foucault tudo isso incide numa mudança muito significativa que é a supressão da possibilidade de um modelo historiográfico que trabalha com noção de história global e, conseqüentemente, o despontar do que ele vai chamar de história geral.

Na *arqueologia do saber* Foucault explica que a história global seria aquela caracterizada pela ideia de que tudo o que existe numa sociedade desde sua estrutura econômica, suas instituições, seus costumes, suas atitudes mentais, seu comportamento político, são todas instâncias regidas pela mesma rede de causalidade. Essa forma de conceber a história baseia-se em suposições como, por exemplo, a de que considera que entre os mais diversos acontecimentos de uma

determinada “área espaço-temporal bem definida” como também entre todos os fenômenos cujos indícios foram localizados, seria possível estabelecer uma espécie de sistema de relações ou rede de causalidades que permitiria “derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central” (FOUCAULT, 2002, p.11); Outra suposição seria a de que uma única e mesma forma de historicidade compreenderia tanto as estruturas econômicas, como também “as instabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos” (FOUCAULT, 2002, p.11); que, dessa forma, estariam submetidas a o mesmo tipo de transformação. Tudo isso parece necessariamente implicar na suposição de que a história enquanto tal poderia ser articulada em grandes unidades (estágios ou fases) dotadas internamente de algo como um princípio de coesão.

Por outro lado, a história geral, argumenta Foucault, seria marcada pela dispersão e problematizaria os “recortes”, “as especificidades cronológicas”, “as formas singulares de permanência”, “os tipos possíveis de relação”, etc. Contudo, a pretensão não seria a de obter uma pluralidade de histórias justapostas e independentes uma das outras, não se trata de separar a história econômica de um lado, a da ciência de outro, a das religiões de outro, e assim sucessivamente. Não se trata tampouco de articular entre elas as coincidências de datas ou qualquer forma de analogia. “O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries” (FOUCAULT, 2002, p. 11-12).

Assim, enquanto uma descrição global pretende aglomerar os mais variados tipos de fenômenos no entorno de um núcleo único – “princípio, significação, visão de mundo, forma de conjunto” (FOUCAULT, 2002, p. 12) – uma história geral se desenvolve mediante a dispersão.

No contexto desse embate teórico, Foucault publica uma extensa obra sobre a prisão e negligência, de forma absolutamente deliberada, um pano de fundo que na obra de qualquer outro estudioso seria, senão a ênfase, ao menos um elemento de destaque, dada a importância e mesmo popularidade dessa cadeia de eventos. Nos referimos a Revolução Francesa, totalmente ignorada por Foucault em *Vigiar e Punir*. Essa ausência tão significativa só foi possível porque para o filósofo a história

não é, e nem deve ser, total mais uma história geral. Isso significa que mesmo sendo contemporâneo de seu tema, a revolução francesa não pode se impor como parte a ser considerada na sua pesquisa, pois o seu enfoque não tem a pretensão da totalidade, mas a da dispersão.

Outra implicação que Foucault aponta nesse contexto, consiste na derrocada da noção de um sujeito dotado de uma consciência histórica. Para Foucault, o sistema de pensamento que concebe a análise histórica como um discurso contínuo é também o que concebe a consciência humana como fonte originária de todo devir e de toda prática. Foucault explica que:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a ideia de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica – se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (FOUCAULT, 2002, p. 14-15).

Para Foucault, portanto, esse sujeito consciente, produtor central dos acontecimentos sociais, capaz de revolucionar, e por isso mesmo, sujeito histórico fundamental, não passa de um devaneio teórico que foi estimulado, sobretudo, pela visão teleológica marxista que não abria mão da noção de protagonismo exercido pelo sujeito consciente e revolucionário.

A querela com os marxistas tem mais um importante capítulo: o embate acerca da noção de poder. Para os marxistas, grosso modo, o poder era exercido pela classe dominante que oprime as classes subalternas, enquanto para Foucault o poder não pode ser localizado nessa ou naquela classe, uma vez que seu caráter é absolutamente relacional. Aliás, como diversos outros objetos da investigação foucaultiana, o poder não é reduzido a um conceito universal, mas entendido como uma prática social constituída historicamente.

Compreendido dessa forma, o poder não é caracterizado como sinônimo de opressão, não se trata de uma realidade necessariamente repressiva, mas algo que pode inclusive ser capaz de criar. Também não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se pode possuir ou não, o poder é algo que se

efetua, que funciona como uma máquina social que se dissemina por toda a estrutura social.

A análise de Foucault tem, ainda, o claro intuito de se insurgir contra a ideia, tão difundida, segundo a qual o Estado seria uma espécie de órgão central e único do poder, a partir do qual toda a rede de poderes das sociedades modernas seriam, necessariamente, meras extensões. Em Foucault, o aparelho de estado é entendido, pois, como um mero “instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e o complementa” (MACHADO, 1990).

Outra grande questão que afeta diretamente a forma de compreender e empreender a pesquisa histórica refere-se à noção, muito trabalhada por Foucault, segundo a qual, no que se refere a história, nada pode ser considerado um dado, nada possui uma constância tal que permita seu reconhecimento para além de sua própria singularidade. Segundo O'Brien, para Foucault “nada, no homem – nem mesmo o seu corpo – é suficientemente estável para servir de base de reconhecimento de si mesmo ou a compreensão dos outros homens” (O'BRIEN, 2001, p.37).

Aliás, na análise do poder, uma das principais, ou mesmo a principal, preocupação de Foucault se refere justamente a noção de discurso. Pois ao considerar que não existem núcleos naturais dados dos quais emanam poder, só se pode depreender que o poder é resultado de construções artificiais. Assim, se nada é um dado, resta considerar que tudo é construção que se realiza discursivamente, e o poder não pode ser senão resultado dessa relação. De acordo com Patrícia O'Brien Foucault considerava que “o estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma e a economia não são objetos estáveis, são discursos” (O'BRIEN, 2001, p.47).

Essa concepção ajuda bastante a esclarecer a suposta negligência de Foucault relativamente ao estudo da sociedade enquanto tal – e sua divergência com os historiadores sociais – pois sua predileção repousa sobre os discursos produzidos no interior da sociedade e nos efeitos de realidade que essas construções abstratas conseguem adquirir. Sob este enfoque discursivo é que Foucault vaise debruçar em suas pesquisas, em detrimento daquelas instâncias que

tradicionalmente são objeto de estudo dos historiadores, como a economia, a política, o estado, a própria sociedade, etc.

Uma outra grande questão, pulsante no debate com os marxistas, refere-se a noções teleológicas, pois é notório que, para os pensadores identificados com a esquerda, existe um horizonte muito bem definido para o qual a história deva caminhar e para o qual necessariamente caminhará. No entanto, a perspectiva foucaultiana destoa dessas noções, e como foi observado, “seu método de análise profunda coloca-o numa posição intelectual sem reforma ou revolução para recomendar” (RAJCHMAN, 1987, p.46). Dessa forma, é impossível compatibilizar o pensamento foucaultiano com os esquemas tracionais da esquerda e sobretudo com suas previsões quanto ao socialismo.

Assim, percebe-se claramente a virada provocada pela percepção foucaultiana que advém da negação em considerar a história como resultado de um ciclo evolutivo, como propunha análises marxista e outras. Para Foucault a história não era resultado de um processo ordenado, pois “a cada época não há senão um caos de singularidades arbitrárias, provenientes da concatenação caótica precedente” (VEYNE, 2011, p. 87).

Além disso, sua negligência deliberada com o papel da burguesia, sua negação categórica em considerar o Estado, são apenas alguns dos fatores que apontam para a cisão entre o *modus operandi* desse filósofo e o de uma boa porcentagem de historiadores. Como diz Rajchman “a história de Foucault não se harmoniza facilmente com as nossas grandes histórias sobre capitalismo, burocracia e estado” (1987, p.45).

Interessa assinalar que, ainda segundo Rajchman, Foucault estava “intelectualmente propenso” a perceber sua obra como uma forma de contribuição com as lutas políticas patrocinadas pela esquerda. Contudo, seu ceticismo cada vez mais evidente, sobretudo em relação a história enquanto processo evolutivo em direção à uma sociedade sem classes, deve ter acabado, em meio a outras tantas divergências, dissuadindo-o dessa percepção acerca de seus próprios escritos filosóficos.

Uma perspectiva nominalista

Rajchman considera que Foucault enfrentou um sério dilema proveniente de sua aspiração de fazer da sua obra um instrumento da luta política e sua discordância com os esquemas tradicionais da esquerda, que em determinada medida se confundia com essa luta. Foucault acabou sem alternativas e ao invés de integrar seus escritos com a luta revolucionária nos moldes então praticados, resolve assumir uma postura que alguns estudiosos chamam de pós-revolucionária, pós-crítica.

Essa postura pressupõe uma mudança de perspectiva muito intensa que consiste no abandono da noção realista/essencialista da história e a adoção da noção nominalista. Se, como considera Foucault, inexistem “*uma ordem objetiva subjacente*” e uma “*finalidade única*” para a qual tudo deveria tender, a análise pautada na perspectiva realista que almeja atingir uma espécie de ponto arquimediano do conhecimento se revela bastante problemática.

Por isso é que Foucault concentra seus estudos não em coisas, mas em *termos, categorias e técnicas* ao invés de promover um esclarecimento sobre tais questões prefere, o contrário, a sua desnaturalização e desconstrução. Dessa forma, distancia-se de toda e qualquer espécie de consideração transcendental enquanto propõe que a pergunta, eminentemente filosófica, acerca da constituição das coisas, seja respondida pela história e não pela metafísica.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que Foucault nunca escreveu, por exemplo, uma história da loucura, mas uma história de como tornou-se aceitável, em diferentes contextos, a explicação de que *a anormalidade é um tipo de doença mental* e que se deve a uma disfunção de uma anatomia individual. Trata-se pois de uma história de “pseudo-objetos”, uma história de noções que são desnudadas pelos escritos do filósofo que através de sua pesquisa histórica e seu olhar atento revela fragilidades em conceitos aparentemente estáveis.

O nominalismo foucaultiano consiste pois em considerar que não existe uma única realidade histórica como advogam os historiadores adeptos do realismo pois, em última instância, não existe uma razão e o que chamamos de natureza não

passa de uma abstração vazia que só arbitrariamente pode ser tratada como fundamento de todas as coisas existentes.

Além disso, Foucault elabora uma crítica muito contundente a ideia de transparência da linguagem. Para o filósofo, a linguagem não era um mero instrumento através do qual podíamos formular hipóteses, descrever situações, transportar o real para o discurso, etc. Para Foucault, a linguagem é mais uma das instâncias, e talvez a maior de todas elas, em que o poder se manifesta.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a linguagem em Foucault é sempre vista como algo que detém um caráter político e que, portanto, se presta muito frequentemente a usos estratégicos e astutos que compulsoriamente são suscitados pelos mais diversos interesses no interior da sociedade e ao longo da história.

Assim, para Foucault a linguagem seria incapaz “de dizer e de fazer ver as coisas tal como são” (ALBUQUERQUE JR, 2006, p.98) Essa impossibilidade é particularmente problemática no que se refere a história, pois se a proposição de Foucault é pertinente, aquilo que os historiadores escrevem não corresponde e nem pode corresponder ao passado tal qual. Essa é certamente mais uma grande divergência de Foucault com muitos historiadores.

Paradoxalmente, ou melhor provocativamente, Foucault sempre se interessou por alguns daqueles elementos que os historiadores insistiram em tratar como objetivamente dado, como real. Já no primeiro volume de sua *História da Sexualidade* Foucault, pautado na sua perspectiva nominalista, apresenta a tese de que não existe tal coisa como sexo em si e, a partir dessa consideração, se propõe a investigar como se deu o processo de sua constituição e objetivação.

O movimento que Foucault realiza com suas pesquisas é o de promover o estranhamento desses elementos objetivados e, para tanto, trata de formular contrapontos as formas de pesquisa historiográfica que se propõe dar explicações, pois entende que todas as tentativas de explicar, nada mais são do que o enquadramento de singularidades dentro de esquemas teóricos organizados para oferecer a verdade sobre aquilo que se observa. Quando, por exemplo, Foucault se

debruça sobre as memórias de Pierre Riviere² se nega veementemente a explicá-las, pois isso equivaleria exatamente a reduzi-las a uma razão que lhe era estranha.

Foucault se nega a enquadrar Riviere num quadro, se nega a tentar oferecer um panorama geral de significações no qual esse personagem pudesse ser localizável. Contudo, Foucault não faz isso por receio de cercear o eu, “em si”, de Riviere, muito pelo contrário, Foucault dúvida desse “em si” e prefere trabalhar com aquilo que foi apresentado, com o aparente, com o factual sem idealizações nem reducionismos.

Todos esses exemplos elencados evidenciam a percepção de Foucault como um pensador cético, pois “acreditava apenas na verdade dos fatos históricos que preenchem todas as páginas de seus livros e jamais na verdade das ideias gerais, pois não admitia nenhuma transcendência fundadora”. (VEYNE, 2011, p.9).

Por isso é que Foucault, na esteira do que propunha Nietzsche, combateu veementemente a ideia de que a história deveria prestar-se a busca pela origem das coisas e, sobretudo a ideia de que nessa origem estaria a essência das coisas. Segundo ele o movimento deveria ser outro:

A história ensina (...) a rir das solenidades das origens. A alta origem é o ‘exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial’: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição, que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã (FOUCAULT, 2010, p. 18).

A origem, diria Foucault, é antes de mais nada, algo demasiadamente histórico e como tal “discreto”, “modesto”, “derrisório”, “irônico”, “próprio a desfazer todas as ênfases”. A origem não é o que as teogonias tentaram fazer dela, ela não precede a queda, o corpo, o mundo e o tempo, mas nasce em meio a tudo isso. Ela não é capaz de conferir ao homem ou história nenhuma unidade, coerência ou estabilidade.

Na visão de Foucault toda essa confusão é fruto da crença de que o presente se apoia sobre intenções profundas – inclusive o anseio dos historiadores em tecer

²Pierre Riviere é o personagem central de um estudo realizado sob a coordenação de Michel Foucault e intitulado *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã, e meu irmão*.

suas obras de forma a corroborar essa visão – no entanto, para Foucault, vivemos sem referências ou coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos.

Percebe-se com clareza que suas análises são bastante comprometidas com um tipo de postura teórica que contesta noções como universalismo e continuidade, pois ainda que consiga perceber eventuais regularidades, ele definitivamente se nega a aceitar o princípio da universalidade tão caro a muitos escritos filosóficos de grande prestígio. Assim, podemos assinalar que Foucault se posiciona de maneira muito contundente em suas divergências não somente com a historiografia, mas com todo o discurso filosófico ou científico que insista em tratar determinadas categorias como dados objetivos.

Contudo, é necessário salientar que tanto a historiografia quanto o discurso não são objeto de nenhuma espécie de rejeição por parte do filósofo, cujo interesse era muito mais o de promover do que suprimir e, para isso, é que ele propõe diversas mudanças de perspectiva no sentido de provocar rupturas com algumas práticas presentes nas ciências – em especial as chamadas ciências sociais – que sistematicamente produzem discursos que tendem a tecer considerações tomando como referência categorias universais como, por exemplo: *loucura, humanidade, razão, o progresso, etc.*

As ideias gerais são sempre impostas como verdades, encontram ampla aceitação social, pois o verdadeiro é dotado, desde sempre, de uma capacidade tranquilizadora. Foucault no entanto prefere a anarquia e por isso faz ecoar o grito nietzschiano contra as verdades gerais, e, exercendo o ofício de filósofo de forma brilhante, se torna historiador das verdades, desmontando cada uma delas na medida em que as historiciza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo isso não seria exagero considerar que Foucault, esse historiador marginal e de marginais, foi um dos grandes pensadores que se debruçaram sobre as questões referentes a historiografia.

As suas considerações sobre: a fragilidade de uma história pautada exclusivamente por preocupações de natureza sócio econômicas; os problemas de

considerar a história como um movimento contínuo ao que Foucault contrapõe com uma história descontínua e dispersa; os equívocos advindos da consideração que o sujeito histórico fundamental seria o sujeito consciente; o reducionismo de considerar o Estado como uma espécie de órgão único e central do poder, as limitações da linguagem; e sobre tantas outras questões fizeram dele uma referência primordial no debate acerca da escrita da história. Contudo, Foucault não ergueu nenhuma teoria, não se propôs a formular um modelo tem sido, até por isso, uma das grandes referências para a escrita da história.

ABSTRACT

This paper discusses some aspects of the reflection of the French philosopher Michel Foucault's historiography, tried to understand how the issues raised by this thinker, that support a very fruitful discussion with some established historiographical theories, especially with the so-called social history, impacted writing history. Our intention was basically to seek to clarify the major questions posed by Michel Foucault who just making it, not quietor consensus, a reference so present in contemporary historical writing.

Keywords: Foucault; speech; Historiography.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Michel Foucault e a Mona Lisa ou como escrever a história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (p. 97-107)

BIROLI, Flavia. História, discurso e poder em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth. VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (p. 97-107)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula Inaugural no College de France, pronunciada em 02 de novembro de 1970**. 3ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 1996

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história. In: _____ . **Ditos e escrito II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2ª ed. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a. (p. 62-77)

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: _____ . **Ditos e escrito II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2ª ed. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b. (p. 282-295)

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche a Genealogia e a história*. In: _____ . **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. (p.15-37)

FOUCAULT, Michel. O estilo da história. In: **Ditos e escrito VII - Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (p.252-268)

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (p. 33-62)

RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores*. **Resgate Campinas**, nº 5, Centro de Memória da UNICAMP. 1993. (p. 22-32)

RAGO, Margareth. *O efeito Foucault na historiografia brasileira*. In: **Tempo Social**; Ver. Socio. USP. São Paulo, Out de 1995. (p. 67-82)

RAJCHMAN, John. A política da revolta. In: _____. **Foucault, a Liberdade da filosofia**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987. (p. 40-67)

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VEYNE, Paul. **Foucault seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.